

Casildo

Edição: agosto/setembro/outubro 2011

Casildo Maldane cobra providências urgentes do governo federal, especialmente com relação à conclusão da duplicação do trecho sul da BR-101



SC é campeã nacional de morte nas estradas

TRANSITO INTERDITADO

PÁGINA 11

Presidente da Petrobras recebe pedido de instalação de refinaria em SC

PÁGINA 3

Comissão aprova empréstimo consignado a quem recebe benefício de prestação continuada

PÁGINA 5

Maldaner é agraciado com Medalha do Mérito Industrial da FIRJAN

PÁGINA 13

Susto

Esta edição reveste-se, para nós que trabalhamos juntamente ao Senador Casildo Maldaner, de um significado todo especial. No dia 21 de setembro, o senador passou por uma séria complicação coronária, que o levou a realizar, de forma emergencial, um cateterismo, seguido de angioplastia e colocação de um stent, para desobstruir uma artéria que se encontrava entupida. Neste dia, Maldaner preparava-se para viajar à Maceió, onde faria apresentação no Fórum Nacional de Defesa Civil.

O senador passou cinco dias internado, três deles em unidade de terapia intensiva. Todo o tratamento, inclusive os procedimentos cirúrgicos, foi realizado na Fundação Zerbini – Instituto do Coração de Brasília. Neste período, além do apoio da família e dos colegas de gabinete, Maldaner recebeu o carinho e atenção de senadores, ministros e autoridades, amigos de Santa Catarina e de todo Brasil.

Depois de três semanas de repouso, por recomendação médica, o senador Casildo Maldaner retomou suas atividades no dia 18 de outubro, já com participação nas comissões do Senado, votações em Plenário, audiências externas, além de retomar a finalização do relatório da Comissão de Defesa Civil, onde responde pela relatoria.

Todos nós que, ao longo de sua trajetória de muitos anos dedicados à vida pública e ao desenvolvimento de Santa Catarina e do Brasil, esperamos que o senador mantenha-se saudável, levando adiante sua luta.

Equipe da Assessoria de Comunicação do Senador Casildo Maldaner

Presidente da Petrobras recebe pedido de instalação de refinaria em SC

O senador Casildo Maldaner apresentou ao presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, pedido para instalação de uma refinaria da Petrobras em Santa Catarina. O pleito, já apresentado também à ministra das Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti, e ao Ministro de Minas e Energia, Édison Lobão, conta com apoio unânime dos membros do Fórum Parlamentar Catarinense, composto por senadores e deputados federais do Estado. "Santa Catarina oferece vantagens para o Brasil e para a Petrobras", destacou o senador Casildo Maldaner, autor da proposta. Ele lembrou que o estado possui boa infra-estrutura logística, com sua rede portuária, levando em conta os campos de pré-sal em Itajaí.

Além disso, apresenta mão-de-obra qualificada, com um parque industrial bem desenvolvido, além de pólos tecnológicos e de inovação. Atualmente, Santa Catarina é abastecida pela produção

de derivados das refinarias do Paraná, em Araucária (REPAR) e do Rio Grande do Sul, em Canoas (REFAP). O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, apresentou o plano de investimentos da companhia para o período 2011-2015. Está prevista a construção de cinco refinarias, nos estados de Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará e no Rio de Janeiro. Os investimentos são estimados em US\$ 73,6 bilhões.

"Temos uma perspectiva de incremento de produção muito grande, nossa demanda também é crescente, por isso precisamos desenvolver o processo de refino e qualificação dos nossos derivados", destacou Gabrielli.

A previsão da Petrobras é dobrar a produção e venda de petróleo e derivados na próxima década - de 3,8 milhões de barris para 7 milhões de barris por dias em 2020. O Brasil importa derivados como querosene



Maldaner e José Sérgio Gabrielli

de aviação, gás liquefeito de petróleo e óleo diesel. "Além disso, nossas refinarias foram construídas para o petróleo do Oriente Médio, de quando ainda importávamos o produto. Hoje precisamos de refinarias adaptadas ao petróleo brasileiro", destacou Maldaner. O presidente da companhia afirmou que a proposta catarinense será avaliada. "São investimentos vultosos, que exigem uma análise detalhada", avaliou.

Brasil deve estar preparado para ampliar oferta de alimentos, diz senador

Em pronunciamento, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que o país deve estar preparado para atender a demanda futura mundial por alimentos, tendo em vista que as áreas que ainda podem ser agregadas à produção no planeta são cada vez mais escassas, limitando-se atualmente ao Brasil, à África e a algumas porções do Leste europeu.

Na avaliação do senador, esse será um dos desafios do novo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o deputado Mendes Ribeiro Filho, empossado nesta data no cargo pela presidente da República, Dilma Rousseff, em substituição a Wagner Rossi, afastado do cargo após denúncias de irregularidades.



Casildo Maldaner disse que Mendes Ribeiro Filho deve "seguir olhando" para a questão do agronegócio, setor que hoje responde por quase 40% das exportações brasileiras. Ele disse que ao novo ministro caberá a elaboração de uma política de incentivo à agricultura, pois é papel do governo defender os produtos brasileiros no mercado internacional, marcado pela difícil concorrência com países cujos produtores agrícolas recebem subsídios oficiais.

O senador, porém, disse que a economia do país não deve ficar dependente das commodities agrícolas. Ele afirmou que também é preciso aliar inovação, tecnologia, agregação de valor, beneficiamento de produtos e industrialização.

- Nada disso diminui a importância do agronegócio. Muito pelo contrário. Só depende de nós sermos o grande celeiro do mundo, convertendo esse potencial de riqueza aos nossos cidadãos - afirmou.

Comissão aprova empréstimo consignado a quem recebe benefício de prestação continuada

Idosos e pessoas com deficiência que recebem benefício de prestação continuada poderão ter acesso a empréstimos consignados, conforme projeto aprovado de forma terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais. De caráter assistencial, esse benefício é concedido a quem não tem condições de contribuir com a Previdência Social.

Relator do projeto de lei do Senado (PLS 27/06), senador Casildo Maldaner, disse não ver justificativa para impedir o acesso ao crédito consignado dos que recebem o benefício. A proposta limita em 30% a capacidade de comprometimento do benefício, além de estabelecer como prazo de vigência do contrato de empréstimo a data de revisão do benefício.

O crédito consignado, com descontos na folha de pagamento do tomador do empréstimo, garante juros mais baixos, por eliminar o risco de inadimplência. "Estas pessoas, como as



Comissão de Assuntos Sociais

outras "normais", podem enfrentar necessidade de levantar recursos com urgência, e teriam que recorrer aos juros comerciais, muito mais altos", destacou Maldaner.

Por ser aprovado de forma terminativa, o projeto, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), segue diretamente para análise na Câmara dos Deputados.

Ex-contribuinte pode manter benefício da Previdência se tiver contribuído por pelo menos 15 anos

O trabalhador que tiver contribuído com a Previdência Social por período mínimo de 15 anos passa a ter garantido o direito de manter a qualidade de segurado, por tempo indeterminado e independentemente de novas contribuições, para fins de concessão da pensão por morte.

A proposta foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, em decisão terminativa e segue agora para análise da Câmara dos Deputados. A proposta teve como relator o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

O projeto (PLS 42/10) altera a

Lei 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Atualmente, por essa norma, caso não haja novas contribuições, o prazo máximo em que o sistema mantém o segurado nessa condição é de dois anos. A única exceção são os casos de concessão da pensão por morte aos sucessores do segurado que, à época do seu falecimento, já reunia as condições para a aposentadoria.

Para evitar um impacto financeiro excessivo sobre o caixa da Previdência, o senador Casildo Maldaner apresentou uma emenda para explicitar

que as pensões concedidas em razão da aprovação da nova lei não serão pagas retroativamente, mas unicamente a partir de sua concessão.

"O projeto garante que o trabalhador segurado por período de quinze anos tenha ao menos a tranquilidade de saber que seus dependentes não ficarão à míngua no caso de seu falecimento", afirmou o relator, em seu parecer. Durante a discussão da matéria, Maldaner afirmou que o projeto "é uma grande conquista na área da contribuição social".

Comemorado os 40 anos do cooperativismo em SC

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) comemorou em Plenário os 40 anos da Organização das Cooperativas de Santa Catarina. De acordo com ele, em seu estado existem atualmente 262 cooperativas em atividade, as quais geram uma receita da ordem de R\$ 12,5 bilhões.

Casildo Maldaner informou também que cerca de 20% da população do Estado faz parte de alguma cooperativa, o que permite concluir, em sua avaliação, que mais da metade dos catarinenses está envolvida com o setor. Casildo Maldaner observou ainda que a grande maioria das cooperativas de seu estado desenvolve atividades no setor da agropecuária.

Em razão desse fato, o parlamentar alertou para a necessidade de o Congresso Nacional garantir condições para o contínuo crescimento do setor, especialmente com a atualização do Código Florestal (PLC 30/11).



Segundo o senador, existem atualmente 262 cooperativas em atividade, em Santa Catarina.

Caixas eletrônicos poderão ter sistema braile ou de comunicação de voz



O Senador Casildo Maldaner é o relator da matéria

Os caixas eletrônicos de bancos deverão ser equipados com sistema braile ou de comunicação por voz. Projeto com esse objetivo (PLS 129/07) foi aprovado dia 9 de agosto pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e deve seguir para decisão terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

De acordo com a proposta, as

instituições bancárias, no prazo de um ano a partir da vigência da lei, serão obrigadas a facilitar o acesso operacional dos clientes com deficiência visual a todos os serviços oferecidos aos demais clientes.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), relator da matéria observou que há hoje, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 16,6 milhões de pessoas com deficiência visual no Brasil. "Essas pessoas tem direito

à informação garantido pela Constituição", destacou Maldaner.

O relator acolheu emenda do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que desobriga as instituições de também disponibilizarem no sistema braile os extratos e comprovantes de transações efetuadas. O senador alegou não existirem fornecedores dessa tecnologia no mercado.

Maldaner também pretendeu corrigir o que considerou, no projeto original, certa "ênfase exagerada no sistema braile". Ele disse entender que os sistemas de voz são uma alternativa mais prática, além de mais usada no mundo todo.

O autor do projeto é o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que fundamentou o projeto na necessidade de se adotarem medidas que possam concretizar o princípio da igualdade real e concreta entre as pessoas, para além da igualdade formal perante a lei.

Alerta no Senado para o “apagão” de m

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu mais investimentos públicos em educação e qualificação profissional. Manifestou sua preocupação com o chamado “apagão de mão-de-obra”, quando faltam profissionais qualificados para preencher as vagas abertas no mercado de trabalho.

“O Brasil é um país de contratos: ao mesmo tempo em que temos um índice de desemprego de 6,2%, segundo o IBGE, vemos empresas com dificuldades de contratar, por falta de profissionais”, disse Maldaner. O ‘apagão’ foi revelado em pesquisa realizada pela

Confederação Nacional da Indústria, CNI, onde 69% dos empresários entrevistados apontaram dificuldades de contratação de mão-de-obra qualificada.

A consulta revelou ainda que 78% das empresas optam por promover a qualificação internamente. “Apostar na capacitação do emprego é sempre bom, mas o governo precisa ampliar os programas de qualificação profissional, seja através do Ministério do Trabalho ou das ações do SENAI, por exemplo”, afirmou.

No entanto, o parlamentar ressaltou que apenas a capacitação para o trabalho não é suficiente, mas sim uma eficiente política de

valorização da educação de forma geral, do ensino fundamental ao superior. “Ainda que todos os vetores econômicos sejam positivos, que os ventos continuem soprando a nosso favor, não teremos solidez para sustentar crescimento de longo prazo senão apoiados numa política vigorosa de educação, do nível básico ao superior, acessível a todos os brasileiros”, acredita o senador.

Inclusão – Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, o senador Casildo Maldaner cobrou do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, programas de qualificação profissional para

Proposta de desoneração de investimentos em educação de funcionários

O senador Casildo Maldaner apresentou projeto de lei que propõe a desoneração dos investimentos, por parte do empregador, em educação de empregados e seus dependentes. De acordo com a proposta, as despesas poderão ser deduzidas do imposto de renda, além de desonerá-las de contribuição social.

“A pesada carga tributária não pode ser entrave para que o empregador invista em educação e qualificação”, afirmou o senador Casildo Maldaner. Estão incluídas na proposta as despesas com empregados e dependentes, relativos ao ensino básico, superior, ou profissionalizante, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos à matrícula, mensalidades ou anuidades escolares, livros, material didático e transporte escolar. As despesas com educação têm natureza indenizatória e não integrarão o salário, para qualquer efeito.

Desta forma, o empregador, quando pessoa jurídica tributada com base no lucro real, poderá deduzir as despesas realizadas com o pagamento e reembolso a título de educação de seus empregados e dependentes.

O projeto de lei do Senado passa a tramitar imediatamente nas comissões internas da Casa.

Apagão de mão-de-obra

Pesquisa recente realizada pela CNI – Confederação Nacional da Indústria, com mais de 1.600 indústrias de todo país, relevou que 70% delas enfrentam dificuldades em encontrar mão-de-obra qualificada, sendo que as carências não dizem respeito apenas à formação profissional, mas também ao ensino fundamental e médio. Entre as entrevistadas, 78% têm apostado na capacitação na própria empresa – considerando as que possuem mecanismos para tal.



não-de-obra

portadores de necessidades especiais. “Cerca de 14% da população brasileira é composta por portadores de necessidades especiais, que precisam de condições para sua inserção no mercado de trabalho”, disse Maldaner.

Outra questão preocupante é o pagamento do benefício de prestação continuada, que é interrompido caso o portador de necessidades especiais consiga o emprego. “Muitos deles têm receio de assumir o emprego, pois caso sejam demitidos não terão mais direito ao benefício. É uma injustiça”, indignou-se Maldaner. O ministro pediu ajuda do Senado para modificar a legislação.



Maldaner defende mais investimentos públicos em educação e qualificação profissional

Salário pago a empregado doméstico poderá ser deduzido do Imposto de Renda

O valor do salário pago a empregado doméstico poderá ser abatido no Imposto de Renda. É o que propõe projeto de lei aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que teve como relator o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Agora, a matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), terminativamente.

A proposta (PLS 270/11), de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), tem o objetivo de incentivar a formalização dos empregos domésticos. Assim, para conceder o benefício, o projeto altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (lei 9.250/95) para determinar a dedução.

De acordo com o texto aprovado, a dedução no Imposto de Renda poderá ser feita sobre o salário de um empregado por declaração, mesmo quando feita em conjunto, até o limite de três salários mínimos por mês. Também pode ser deduzido o valor do décimo terceiro salário, dentro do mesmo limite de três mínimos, mais o

adicional de férias, limitado a um terço do salário normal, no mês que for pago.

O relator da matéria, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), acredita que a diminuição na arrecadação do imposto de renda seja compensada pelo aumento da arrecadação previdenciária devida pelos empregadores e empregados domésticos. Ele reconhece, no entanto, que essa compensação dependerá do nível de formalização das relações trabalhistas da categoria.

“A proposição valoriza os empregados domésticos e também proporciona certo alento aos contribuintes integrantes, na sua grande maioria, da classe média, que sofrem sob a pesada tributação do Imposto de Renda”, observou Maldaner, ao ressaltar que a medida pode não ser necessária no futuro, mas no momento vai estimular a formalidade das relações trabalhistas da categoria.

Juros menores para fortalecer economia brasileira

Em discurso no Plenário, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez uma análise da crise que assola a economia internacional. De acordo com o senador, a crise pode produzir reflexos no Brasil e o governo precisa tomar as medidas necessárias para não comprometer o crescimento econômico do país.

Casildo Maldaner disse que “o quadro é preocupante” e fez um paralelo com a crise de 2008 e 2009, da qual os países mais ricos ainda se recuperavam. Para o senador, a crise naquele momento era sobre o setor privado e agora é o setor público que se encontra endividado. Maldaner deu o exemplo das dívidas públicas dos Estados Unidos e de nações da Europa.

Para o senador, o Brasil agora está mais preparado para enfrentar uma situação de crise mundial. Casildo Maldaner citou matéria do jornal Valor Econômico de desta quarta para dizer que as reservas internacionais do Brasil são de US\$ 349 bilhões contra os US\$ 205 bilhões de dois anos atrás. O parlamentar ressaltou, porém, que os reflexos da crise podem ser mais agudos do que na crise anterior.

Casildo Maldaner reconheceu os esforços da presidente Dilma Rousseff e elogiou o Brasil Maior, programa

que incentiva a indústria nacional lançado pelo governo na semana passada. O senador também disse ser importante lembrar que “toda crise traz consigo oportunidades” e sugeriu que o governo tome medidas de longo prazo, que possam contribuir para o desenvolvimento, e não apenas para combater crises momentâneas.

De acordo com ele, a redução permanente de juros e o controle da inflação podem colaborar para o crescimento do país. Casildo Maldaner ainda pediu um profundo ajuste fiscal e cobrou do governo gastos públicos mais eficientes. “Se implantarmos as reformas e o governo fizer sua parte, vamos sair da crise fortalecidos”, afirmou.



Defendida a ampliação dos incentivos à indústria brasileira

O senador Casildo Maldaner manifestou, no dia 3 de agosto, quarta-feira, seu apoio ao programa Brasil Maior, do governo federal, para fortalecer a indústria brasileira. No entanto, destacou a necessidade de ampliação para outros setores da economia.

Para Maldaner, entre as medidas anunciadas, a desoneração da folha de pagamento e o aumento da oferta de crédito pelo BNDES trarão alento imediato aos setores beneficiados. Mas, segundo o parlamentar, o país tem uma oportunidade de dar início em processo mais abrangente de alterações na legislação tributária.

“A pesada carga tributária é um dos maiores entraves para o crescimento econômico de todos os setores produtivos”, destacou. Para ele, “é preciso reduzir, simplificar e distribuir”. Maldaner defende a aprovação de uma reforma tributária ampla,



de forma gradual – ou fatiada, como tem sido chamada.

Maldaner fez ainda uma cobrança aos parlamentares. “Parte da responsabilidade é do governo federal, sim, mas outra parte é do parlamento, que não pode se omitir nem se acobertar sob o manto da morosidade do processo legislativo”, disse Maldaner.

Transparência - O senador afirmou que dar transparência à arrecadação fiscal é atitude essencial na construção da cidadania. Ressaltou projeto de sua autoria que prevê a discriminação, nas notas e cupons fiscais emitidas nas operações de consumo ou contratação de serviços, os valores correspondentes aos tributos na composição do preço total. “Com isso, o cidadão poderá cobrar mais e melhor de seus governantes, além de exigir a redução desta carga abusiva”

Projeto visa transparência fiscal

O senador Casildo Maldaner apresentou projeto de lei do senado que prevê a discriminação dos valores pagos em impostos nas operações de compra no Brasil. A proposta prevê a inclusão de tributos federais, estaduais e municipais na composição do preço final de mercadorias e serviços no país. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, existem hoje no país cerca de 85 tributos vigentes, nas três esferas do poder público. "A maioria dos contribuintes desconhece o quanto paga em impostos, pensa apenas no Imposto de Renda. Precisamos acabar sair dessa 'era das trevas'", destacou Maldaner. O parlamentar tem defendido uma reforma tributária urgente, baseada em três pilares essenciais: reduzir, simplificar e melhor distribuir.

Com a tecnologia dos equipamentos emissores de cupom fiscal, obrigatórios para empresas com receita bruta anual acima de R\$ 120 mil, a discriminação dos tributos incidentes torna-se mais fácil. As micro-empresas que ficam abaixo desta



Projeto de Casildo prevê a discriminação dos valores pagos em impostos nas operações de compra no Brasil.

faixa, bem como aqueles enquadrados na categoria de Micro Empreendedor Individual, ficam desobrigadas do cumprimento da lei.

Maldaner lembrou, na tribuna do Senado, que a premissa da informação já é garantida pela Constituição, mas não é cumprida de fato. O objetivo do projeto é regulamentar o parágrafo quinto do artigo 150 da Carta Magna, que prevê a determinação, por lei, de medidas para garantir aos consumidores esclarecimento acerca dos impostos que incidem sobre mercadorias e serviços.

"Quem sabe que, quando compramos um carro, 43,63% do preço é composto por tributos? Ou quando compramos café, pagamos 36,52% de impostos, ou ainda o sabão em pó, com uma taxa de 42,27%", questiona o senador.

Empregador doméstico poderá passar a recolher FGTS em formulário único

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto de lei que objetiva simplificar o pagamento, hoje facultativo, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pelo empregador doméstico. A proposta (PLS 535/09), com relatoria do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), prevê o recolhimento do FGTS e das contribuições sociais pelo empregador e pelo empregado num único formulário, emitido via internet.

De acordo com o texto, a Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) poderão fixar regulamentação conjunta para a inscrição e o recolhimento das contribuições sociais e do FGTS por parte do empregador e do empregado. Além disso, o projeto estabelece a possibilidade da inscrição do empregado doméstico por seu empregador ser feita via internet, utilizando-se apenas o CPF do empregado.

Para Maldaner, a medida vai eliminar obstáculos burocráticos e, assim, estimular empregadores a contribuírem com o FGTS de seus empregados. De acordo com o senador Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto, a iniciativa é fruto de uma sugestão de um empregador que, diante dos entraves, preferiu abrir uma caderneta de poupança para sua empregada doméstica em vez de recolher o FGTS.

Contribuição sindical de autônomos e profissionais liberais pode ser limitada a R\$ 150



A contribuição sindical cobrada anualmente dos trabalhadores autônomos e profissionais liberais poderá ter um teto de R\$ 150, reajustável pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A proposta foi aprovada terminativamente pela Comissão de

Assuntos Sociais (CAS), e poderá ser encaminhada à Câmara dos Deputados após votação em turno suplementar.

O projeto de lei do Senado (PLS 324/10), de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), visa atualizar a legislação, que vincula a contribuição sindical dos autônomos e liberais ao Maior Valor de Referência (MRV), indicador extinto em 1991.

O projeto de Paim simplesmente fixava o valor de R\$ 150, que o relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), considerou excessivo em face do padrão remuneratório de algumas categorias de autônomos. Por isso, ele optou pelos R\$ 150 como teto e transferiu à assembleia geral do sindicato a competência para estabelecer o valor real.

Regras mais rígidas para punir malversação de recursos públicos

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu, no plenário do Senado, mais agilidade e eficácia na ação dos órgãos de fiscalização e controle, como Controladoria-Geral da União, Tribunais de Contas e Ministério Público, para darem resposta às denúncias de corrupção veiculadas pela imprensa. Maldaner sugeriu, ainda, a formação de uma comissão para

estudar a legislação relativa aos crimes de desvio de conduta por agentes públicos.

Para o senador, estes órgãos têm como função institucional prevenir, fiscalizar e investigar qualquer desvio de conduta ou malversação de recursos públicos. “A sociedade anseia por respostas, mas de forma rápida, ágil. A CPI é um recurso legítimo, mas não é a razão primeira do Parlamento.

Estes órgãos estão aí para isso”, afirmou Maldaner.

Ele propôs ainda a criação de uma comissão que estude alterações na legislação relativa aos crimes cometidos por agentes públicos, que permitam uma tramitação mais célere destes processos. “Não basta investigar, é preciso punir aqueles comprovadamente culpados. Nenhum país evolui sob a égide da impunidade”, acredita o senador.

Senador destaca importância de audiência pública sobre Código Florestal em Chapecó



O Senado Federal realizou uma audiência pública em Chapecó, para discutir o projeto de lei do novo Código Florestal brasileiro. A importância do encontro foi destacada pelo senador Casildo Maldaner, que esteve presente ao evento.

A audiência foi presidida pelo relator do projeto nas Comissões de Agricultura e de Reforma Agrária e na

Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC).

Para Maldaner, o encontro não poderia ser realizado em melhor local. “Chapecó é considerada a

‘capital’ do Oeste catarinense, região que responde por considerável parcela da produção agro-industrial catarinense, que exporta seus produtos para todo mundo”, destacou o senador. Para ele, a participação dos catarinenses nesse debate dará relevante contribuição. O senador lembrou o caráter diferenciado da produção agroindustrial catarinense, estruturada essencialmente em pequenas

propriedades rurais.

“Buscamos uma convivência harmoniosa entre conservação ambiental e crescimento econômico, ou seja, desenvolvimento sustentável”, ressaltou Casildo Maldaner. Para o parlamentar, é preciso dar fim ao pensamento maniqueísta que opõem ambientalistas e produtores rurais, unindo estas forças em torno da construção de um texto com princípios preservacionistas, sem prejuízo ao desenvolvimento da atividade agropecuária brasileira.

Como relator da Comissão Especial de Defesa Civil do Senado, Maldaner destacou que os impactos de um crescimento desordenado vão muito além do espectro da produção rural. O efeito danoso do desmatamento, do assoreamento de rios e córregos, da extinção da mata ciliar, potencializa as danosas consequências nas épocas de chuvas.

SC é campeã nacional de morte nas estradas

Santa Catarina é, proporcionalmente, o Estado com maior número de mortes nas estradas. O alerta foi feito pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que cobrou providências urgentes do governo federal, especialmente com relação à conclusão da duplicação do trecho sul da BR-101.

Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em 2008 – último ano com estatísticas disponíveis – ocorreram 139 mil acidentes nas rodovias federais, envolvendo 900 mil pessoas, entre motoristas, passageiros e pedestres. Como resultado, sete mil pessoas morreram.

Apesar de ser apenas o 16º colocado na extensão de rodovias federais em seu território, com menos de dois mil e 300 quilômetros, Santa Catarina é o 2º maior Estado de todo o País em número absoluto de acidentes, perdendo apenas para Minas Gerais, que tem a maior malha rodoviária do país – cinco vezes maior que a catarinense. “Em termos relativos, enquanto Minas apresentou dois acidentes

Casildo Maldane cobra providências urgentes do governo federal, especialmente com relação à conclusão da duplicação do trecho sul da BR-101

para cada quilômetro de rodovia, Santa Catarina atingiu a inaceitável marca de 6,8 acidentes por quilômetro”, afirmou Maldaner.

De acordo com estudo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o DNIT, a gravidade dos acidentes em Santa Catarina é excepcionalmente elevada. Segundo os cálculos feitos pelo Departamento em 2010, o Estado chegou ao topo da lista dos

que mais mata no trânsito, contabilizando 567 casos fatais, ou seja, uma morte a cada seis quilômetros de estradas, em média.

“Entendo que nestes números há muito de imprudência e outro tanto se deve ao relevo acidentado de nosso Estado. Mas a maior parte é consequência do péssimo estado das rodovias federais e da necessidade de ampliação das mesmas”, afirmou Maldaner.

Entre as prioridades, o senador listou a conclusão da duplicação da BR-101, em seu trecho Sul; revitalização da BR-163; duplicação das BR's 470 e 280; e a elaboração, que seja, do projeto de duplicação da BR-282. “Não se trata de capricho ou pleito secundário. Não bastasse a importância de Santa Catarina para a economia nacional, os números que nos colocam no topo deste ranking sinistro comprovam a necessidade e urgência de ação”, afirmou Maldaner.

Para potencial turístico de SC é cobrada melhoria na infraestrutura viária

O senador Casildo Maldaner ressaltou, no Senado, o prêmio recebido por de Santa Catarina, eleito pelos leitores da revista Viagem e Turismo como “Melhor Estado do Brasil”. Destacou, no entanto, que apesar das belezas naturais, o Estado tem sido negligenciado com relação aos investimentos em infraestrutura viária, especialmente estradas e aeroportos.



será muito maior”, acredita Maldaner.

O parlamentar lembrou que Santa Catarina recebeu a premiação pela sexta vez consecutiva, fruto de sua diversidade geográfica e cultural, mas isso não significa que o Estado não enfrente dificuldades. “Não temos recebido a atenção merecida quanto à infraestrutura viária, essencial para o turismo, mas para todas as atividades produtivas”, explicou Maldaner. O senador cobrou a conclusão da duplicação do trecho Sul da BR-101, que se arrasta há mais de 10 anos, além da duplicação das BR's 280, 282 e 470.

Maldaner lembrou que o turismo responde, hoje, por 3,6% do PIB, arrecadando cerca de R\$ 168 bilhões ao ano. “Esse potencial crescerá, sem dúvida, até por conta de eventos como Olimpíadas e Copa do Mundo. Mas se tomarmos as medidas certas, o crescimento

Homenagem aos 90 anos de D. Paulo Evaristo Arns



D. Paulo Evaristo Arns

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) usou a tribuna do Senado para prestar uma homenagem ao Arcebispo Emérito de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que completou, nesta data, 90 anos de vida. O frade franciscano nasceu em Forquilha (SC) e dedicou sua vida à luta pelos direitos humanos e contra a desigualdade e injustiça social.

“D. Paulo é motivo de orgulho para Santa Catarina e para todos os brasileiros, por sua dedicação integral ao próximo, ao menos favorecido”, destacou Maldaner. A atuação pastoral de Dom Paulo foi, desde sempre, voltada aos habitantes da periferia, aos trabalhadores, à formação de comunidades eclesiais de base nos bairros, principalmente os mais pobres, e à defesa e promoção dos direitos humanos. Teve uma forte atuação durante o período de ditadura militar no Brasil, de 1964 à 1985, lutando contra a tortura e maus-tratos de presos políticos.

Em 1975, o corajoso ato de Dom Paulo Evaristo Arns, de celebrar uma missa de sétimo dia ecumênica – junto a um rabino e um pastor protestante – na Catedral da

Sé, em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog, assassinado por seus torturadores, tornou-se um marco na luta volta da democracia no país. Em 1986, foi o organizador do livro “Brasil: Nunca Mais”, um importante relato sobre o momento político vivido pelo país e os crimes praticados contra a dignidade humana.

Em 1990, quando era governador de Santa Catarina, o senador Casildo Maldaner concedeu à Dom Paulo Arns a Medalha do Mérito Anita Garibaldi, a maior honraria do Estado. “Foi uma satisfação condecorá-lo. Apesar de ele ser extremamente humilde, não podemos deixar de homenageá-lo nesta data”, afirmou Maldaner. Dom Paulo Evaristo Arns recebeu mais de 60 títulos, prêmios e diplomas de doutor honoris causa em vários lugares do mundo. Em 1982, foi o único religioso em todo o planeta eleito para a Comissão Internacional Independente para Questões Humanitárias, da ONU. E o primeiro brasileiro indicado para ganhar o Prêmio Nobel da Paz, em 1989. Perdeu para o Dalai Lama. Está ‘aposentado’ desde 1996, mas continua atendendo a todos que o procuram.

Senador é agraciado com Medalha do Mérito Industrial da FIRJAN

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) foi agraciado, no dia 6 de setembro, com a Medalha do Mérito Industrial da FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. A distinção foi concedida aos senadores que tem apoiado, através de sua atuação, a luta pela probidade administrativa e contra a corrupção. Foram agraciados outros dez senadores, entre eles o catarinense Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC).

Durante o evento, na sede da entidade no Rio de Janeiro, foi lançado o Manifesto do Empresariado Brasileiro em favor da Ética na Política, que reitera princípios de defesa da ética na política e da transparência no trato da coisa pública. Segundo o presidente da FIRJAN, Eduardo Eugenio “a indústria cumpre, com esse manifesto, seu compromisso histórico de apoiar as grandes causas de interesse nacional”.

Para o senador Casildo Maldaner, a comenda representa a vontade da sociedade de mais transparência e apuração de todas as denúncias. “Acredito que as instituições de controle, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas, por exemplo, devem cumprir seu papel constitucional de apurar todas as denúncias – além atuar na prevenção, no caso das Controladorias”, explicou o senador.

O parlamentar acredita, no entanto, que não basta apurar suspeitas: é fundamental julgar e, por fim, punir. Para ele, o Judiciário deve dar mais agilidade ao andamento de ações que envolvam desvios de recursos ou de conduta no exercício de funções públicas. “É nesta demora, neste

vácuo que se cria entre uma denúncia feita pela imprensa e a apresentação dos resultados, a apuração dos fatos e seus responsáveis, que germina a descrença da sociedade”, avalia Maldaner.



Foram agraciados outros dez senadores

Prestígio na posse do ministro Marco Aurélio Buzzi

“Eu sou completamente encantado com a minha profissão, com o meio jurídico. Tenho orgulho da magistratura nacional, sempre dedicada, eficiente e preocupada com o jurisdicionado e a efetividade do trabalho. Nosso juiz é o que mais produz no mundo”. As palavras de admiração e realização partem de um catarinense de 53 anos, que, em nenhum momento, ao escolher a carreira jurídica, pensou em chegar ao cargo de ministro do Superior

Tribunal de Justiça (STJ): Marco Aurélio Gastaldi Buzzi.

Nascido na pequena cidade de Timbó (SC), Marco Buzzi tomou posse no Tribunal na segunda-feira 5 de agosto, na vaga aberta com a aposentadoria do ministro Paulo Medina. Ativista dos serviços de conciliação, até como forma de desafogar o Judiciário, e admirador do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que considera um dos mais avançados e completos do mundo, Buzzi vai integrar a Quarta Turma e a Segunda

Seção do STJ.

“Pretendo, inicialmente, me inteirar dos procedimentos, da rotina desta Casa de justiça, uma vez que já estou a par dos entendimentos pregados por ela, pois já militamos, há muito tempo, nas questões do direito do consumidor, por exemplo. Acredito que eu possa dar a minha contribuição para que o STJ continue sendo o Tribunal da Cidadania; o tribunal que resolve o maior número de conflitos e que, portanto, leva efetivamente a pacificação a todos os pontos do Brasil”, disse Marco Buzzi.



Em Brasília com, os senadores Casildo Maldaner (E) e Luiz Henrique (D) foram abraçar o ministro Marco Aurélio Buzzi, no dia de sua posse no STJ, no mês de agosto.

Alerta para importância de ações preventivas na Defesa Civil

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) usou a tribuna para fazer um relato sobre a situação enfrentada por Santa Catarina com relação às enchentes. Como relator da Comissão Especial de Defesa Civil do Senado, Maldaner pediu urgência na análise e votação dos projetos a serem propostos.

Mais de 936 mil pessoas foram afetadas em Santa Catarina, sendo 159 mil desalojadas e outras 15 mil estão desabrigadas. Dentre os 293 municípios, 91 foram atingidos, sendo que 36 decretaram situação de emergência e outros oito encontram-se em estado de calamidade pública.

O senador comunicou que a Comissão de Defesa Civil está chegando à conclusão dos trabalhos, e que já em outubro apresentará seu

relatório. Foram ouvidos especialistas das cinco regiões do país, em audiências, para saber seus problemas, peculiaridades e sugestões. Houve consulta a legislação de países que têm atuação reconhecida no setor e, por fim, foram reunidas propostas em tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados. “O trabalho estrutura-se em quatro eixos fundamentais: prevenção, preparação, resposta e segurança orçamentária. Será um novo marco legal”, explica Maldaner.

Aos colegas senadores, Maldaner solicitou urgência na análise e votação das propostas que serão apresentadas. “Até dispense os serviços de meteorologia: o verão se aproxima, e com ele chegarão chuvas e enxurradas, como ocorre todos os anos. Nossa agilidade na análise e

votação das propostas apresentadas pela Comissão fará diferença na vida de milhares de pessoas”, disse Maldaner.

Atuação – O parlamentar fez questão de destacar a ação integrada dos governos federal e estadual. “É exemplo incontestante de atuação republicana, colocando acima de tudo o interesse da população”, disse Maldaner. Além de contatos telefônicos entre a presidente da República, Dilma Rousseff, e o governador Raimundo Colombo, estiveram presentes ao local das enchentes o secretário nacional de Defesa Civil, Humberto Vianna, a ministra Ideli Salvatti e o ministro de Integração Nacional, Fernando Bezerra, que anunciou a liberação de recursos da ordem de R\$ 13 milhões.

Vai à Câmara projeto que elimina prazo para revisão do valor de aposentadoria ou pensão

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou proposta que assegura ao aposentado ou pensionista o direito de solicitar o recálculo de seu benefício a qualquer momento

- sem a restrição de prazo para o pedido, como acontece hoje. A proposta determina, porém, que o recálculo só pode retroagir até cinco anos antes da solicitação.

A proposta teve origem nas modificações que o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) promoveu no PLS 482/03, apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) há cerca de oito anos. Durante a reunião da Comissão, Paim elogiou as alterações feitas por Maldaner.

Em seu relatório, Maldaner afirma que optou por “resgatar a ideia contida originalmente no caput do art. 103 da Lei nº 8.213, de 1991”. Segundo ele, esse item, alterado posteriormente por outras leis, deixava implícito que não havia prazo decadencial para ações de revisão dos benefícios da Previdência Social, além de já determinar o limite de cinco anos de retroatividade.

Como a proposta foi aprovada pela CAS de forma terminativa, poderá ser enviada diretamente à Câmara.



Criação do curso de Engenharia do Petróleo em SC foi destacado no Senado

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou, em discurso no plenário, a importância da criação do primeiro curso catarinense de graduação em Engenharia do Petróleo, pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

O parlamentar lembrou que já no primeiro vestibular, no ano passado, foi o curso mais procurado pelos estudantes, numa média de 21 candidatos disputando cada uma das quarenta vagas oferecidas. O curso é oferecido no campus da UDESC da Foz do Itajaí, na cidade de Balneário Camboriú.

“O Brasil já é auto-suficiente na produção do petróleo, mas ainda não o é em refino, e para alcançarmos essa



“Nosso Estado reúne condições para receber este investimento, como infraestrutura logística, com ampla rede portuária, além da localização estratégica em relação ao Pré-sal e, agora, mão-de-obra extremamente capacitada”, lembrou o senador.

meta é precisamos de mão-de-obra altamente qualificada. Santa Catarina dará uma forte contribuição neste sentido”, destacou Maldaner.

O senador lembrou que está lutando pela instalação de uma refinaria da Petrobras em SC, já tendo apresentado a solicitação aos Ministros de Minas e Energia, Édison Lobão, e de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, além do presidente da companhia, José Sérgio Gabrielli.

Políticas públicas de lazer para o cidadão

Em pronunciamento em Plenário, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou a importância do lazer na sociedade contemporânea e manifestou a esperança de que o Brasil siga a tendência mundial de “um novo conceito de cesta básica” que leve em conta o lazer.

- Hoje, majoritariamente, há uma consciência do papel fundamental do lazer. As atividades lúdicas, integrativas, culturais ou compensadoras tornaram-se parte do cotidiano da sociedade, incluindo-se entre suas necessidades primárias e abandonando de forma definitiva seu rótulo de supérfluo ou dispensável - declarou o senador.

Casildo Maldaner assinalou a “transformação sociocultural”, iniciada na era industrial, que aumentou a consciência de que o bem-estar da pessoa humana vai além do aspecto meramente biológico. Apesar da mudança do conceito da sociedade em relação ao lazer, Maldaner lamentou que, em certa medida, persista a exaltação do homem inteiramente dedicado ao trabalho.

Para o senador, o estímulo ao lazer é essencial para o combate ao estresse, “grande vilão dos dias atuais”.

- Adoeceremos menos e teremos mais educação quando relacionarmos lazer à cultura. Até os problemas relativos à segurança tendem a diminuir - disse o senador.

Casildo Maldaner lembrou que a Constituição inclui o lazer entre os direitos sociais garantidos ao cidadão e que o Estado deve provê-lo, através de políticas públicas de democratização do lazer. Segundo o senador, os reflexos serão diretos em todas as outras áreas, da saúde à economia.

Mensagem de apoio a Lula

O senador Casildo Maldaner fez questão de deixar sua mensagem de apoio, no plenário do Senado, ao ex-presidente Lula, que foi diagnosticado com câncer na laringe. Para Maldaner, não apenas os brasileiros, de todos os Estados, mas o mundo inteiro torce pela sua plena recuperação. “É um lutador, já venceu muitas batalhas e, sem dúvida, vencerá ainda mais esta”, disse Maldaner.





O senador Casildo Maldaner anunciou durante a solenidade comemorativa do jubileu da ouro do Sinepe - Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina a apresentação de projeto de lei que permite as empresas incentivos para investirem na educação de seus trabalhadores.



Casildo Maldaner, Raimundo Colombo, Ideli Salvatti, Luiz Henrique e outras autoridades, reunidos com o ministro Humberto Viana, tratando de assuntos referentes às enchentes ocorridas em Santa Catarina.

Casildo Maldaner e Marcelo Batista de Souza, presidente do Sinepe - Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina.

